

## **Só com muita sorte**

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

Poucas vezes terão sido tão contrastantes o quadro econômico positivo e a balbúrdia que caracteriza o quadro político, conturbado pelas incertezas que marcam os processos de escolha de candidatos presidenciais. Na economia, inflação sob controle e excelentes contas externas. É verdade que com crescimento insatisfatório. Mas, ainda assim, devaneios chineses e indianos à parte, menos medíocre do que o do governo anterior. É emblemática a queda do risco Brasil para a região dos 220 pontos acima da taxa internacional de referência. Não faltou quem tratasse de minimizar a importância do assunto, com argumentos assombrosamente obtusos: “o risco-país não mede o risco que viver no país representa para seus habitantes, mas o risco que os credores da dívida pública correm de não receber seu rico dinheirinho. Ou seja, os credores estão felizes da vida.” A redução do custo de capital parece ser pouco importante para quem está sempre disposto a pescar em águas turvas.

É verdade que a comemoração deve ser colocada em perspectiva. Não é correto que o spread tenha caído ao seu mínimo histórico. O mundo não começou em 1994. Embora a memória do mercado seja curta, os números para o período anterior à Segunda Guerra Mundial mostram que, entre 1850 e 1930, o risco Brasil esteve abaixo de 200 pontos quase todo o tempo, alcançando o mínimo de 144 pontos em 1888. Acima de 220 só durante a Guerra do Paraguai, no Encilhamento dos 1890s e na crise do início dos 1920s. Depois a situação degringolou com a grande depressão. No terreno financeiro, o Brasil republicano tem desempenho lamentável comparado ao Império pós-1850. É vital que se reverta este retrospecto.

Com o País gradualmente se encaminhando para o “investment grade”, o desafio é, mantidas políticas macroeconômicas prudentes, abrir espaço para quedas mais significativas das taxas de juros internas através de redução do gasto público de pior qualidade. A despeito dos grandes avanços feitos no passado quanto à reforma do Estado e à privatização de empresas públicas, ainda há muito a fazer. Em particular em relação ao profundo reexame das transferências entre gerações que hoje penalizam duramente os jovens em benefício dos mais idosos. Há, também, imensa agenda microeconômica praticamente intocada.

Mas, infelizmente o que se vê é um jogo de faz-de-conta quanto ao debate das políticas econômicas. Será que alguém acredita mesmo que um “debate” sobre política monetária no IEDI tem condições de oferecer subsídios para que o Brasil retome o crescimento? A oposição compareceu ao evento, talvez de olho na oportunidade de explorar eleitoralmente as críticas à política palociana. Acabou ouvindo o que não queria. O curioso não é que os empresários tratem de defender os seus interesses mas, sim que políticos calejados estejam dispostos a participar de debates em que há clara assimetria na defesa de interesses específicos. É como se o País não tivesse aprendido nada quanto aos limites da convergência entre interesses privados e interesses coletivos, mesmo que os interesses privados se abriguem sob o surrado manto dos “interesses nacionais”.

Deviam estar mais dispostos a fazer ouvidos moucos ao banzo geiselista que se faz ouvir a cada sucessão presidencial. Em muitos casos são as mesmas vozes do fim dos anos setenta.

Enquanto isto, o PSDB de cardeais vai levando um baile político de Lula, no papel de presidente em campanha. E não dá para a oposição reclamar com credibilidade: Fernando Henrique Cardoso deve estar meditando sobre os custos de longo prazo da reforma constitucional que extraiu do Congresso para permitir a sua própria reeleição. A resistência inesperada de Alckmin à improvisada versão tucana de centralismo democrático vem forçando a revisão de alinhamentos que se revelaram prematuros à candidatura Serra. E também estimulando a inventividade do PSDB quanto a processo decisórios. Para um partido que se pretende na linha de frente da defesa da democracia, o PSDB tem mostrado notável ojeriza a fórmulas de seleção de candidatos presidenciais que se baseiem em processos eleitorais que exijam o voto de colegiados excessivamente amplos.

O que se vislumbra é que o eleitor vai, de novo, ser obrigado a se basear em conjecturas sobre os programas de governo dos principais candidatos. E o pior é que, em clima em que compromissos formais se têm revelado bastante flexíveis, o eleitor terá que avaliar em que medida pode acreditar que os candidatos implementarão políticas minimamente aparentadas às explicitadas em suas campanhas eleitorais. O que fará Lula? Repetirá a bem sucedida fórmula Palocci, ou tentará retomar, ao menos parcialmente, as desastradas idéias econômicas do PT pré-Carta aos Brasileiros? Densa névoa encobre as possíveis diferenças programáticas que separam Alckmin e Serra. Até mesmo porque os candidatos a eminência parda em um futuro governo tucano estão tendo dificuldades com o seu próprio cálculo eleitoral. Afinal, até oportunista precisa de bússola.

Passados mais de três anos de governo petista deveríamos respirar aliviados ao constatar que, em meio a escândalos que minaram seriamente a credibilidade do governo, o País sobreviveu, ainda que mediocrementemente. Se for possível encaminhar a sucessão presidencial de tal modo que as reformas relacionadas ao gasto público e à microeconomia possam avançar, não será um sonho tresloucado pensar em retomada do desenvolvimento sustentado. Mas está difícil. Vai ser preciso, de novo, ter muita sorte.

---

\*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.